

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 1º SEMESTRE 2012**

## Sumário

1 - Relatório da Administração.....	3
2 - Balanço Patrimonial	
2.1 - Ativo.....	4
2.2 - Passivo.....	5
3 - Demonstração do Resultado.....	6
4 - Demonstração do Resultado Abrangente .....	7
5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	9
7 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10 - 44
8 - Relatório dos Auditores Independentes.....	45 - 47
9 - Parecer do Conselho Fiscal.....	48
10 - Subscritores das Demonstrações Financeiras.....	49

## **Relatório da Administração**

No 1º semestre de 2012, foram adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, bem como o aprimoramento dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

Neste contexto, a Administração visando às obrigações futuras da Companhia, focou na rígida adequação do nível das provisões técnicas através do acréscimo de reservas, principal responsável pelo prejuízo registrado no primeiro semestre deste ano.

A Cosp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o semestre com Patrimônio Líquido de R\$ 217,0 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 318,5 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), julho de 2012.

### **A Administração**

## Balço Patrimonial (em R\$ mil)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota Expli- cativa</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>345.902</b>	<b>353.435</b>
<b>Disponível</b> .....		<b>92</b>	<b>48</b>
Caixa e Bancos .....		92	48
<b>Aplicações</b> .....	<b>5</b>	<b>342.167</b>	<b>351.505</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b> .....		<b>2.627</b>	<b>922</b>
Prêmios a Receber .....	<b>6.1</b>	185	121
Operações com Seguradoras .....	<b>6.4</b>	1.967	652
Operações com Resseguradoras .....	<b>6.5</b>	475	149
<b>Outros Créditos Operacionais</b> .....		<b>95</b>	<b>9</b>
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	<b>7</b>	<b>187</b>	<b>249</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>552</b>	<b>498</b>
Títulos e Créditos a Receber .....	<b>8.3</b>	227	267
Créditos Tributários e Previdenciários .....	<b>8.1</b>	91	97
Outros Créditos .....	<b>8.3</b>	234	134
<b>Outros Valores e Bens</b> .....		<b>178</b>	<b>191</b>
Bens a Venda.....		140	156
Outros Valores.....		38	35
<b>Despesas Antecipadas</b> .....		<b>2</b>	<b>12</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b> .....		<b>2</b>	<b>1</b>
Seguros.....		2	1
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>109.930</b>	<b>135.200</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>100.246</b>	<b>125.111</b>
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	<b>7</b>	<b>10.872</b>	<b>11.515</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>89.374</b>	<b>113.596</b>
Créditos Tributários e Previdenciários.....	<b>8.1</b>	164	164
Depósitos Judiciais e Fiscais .....	<b>8.2</b>	88.510	112.829
Outros Créditos a Receber.....	<b>8.3</b>	700	603
<b>INVESTIMENTOS</b> .....		<b>7.299</b>	<b>7.530</b>
Participações Societárias.....	<b>9</b>	1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda.....	<b>9</b>	5.808	6.039
<b>IMOBILIZADO</b> .....	<b>10</b>	<b>1.979</b>	<b>2.076</b>
Imóveis .....		1.719	1.788
Bens Móveis .....		260	288
<b>DIFERIDO</b> .....	<b>11</b>	<b>406</b>	<b>483</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>455.832</b>	<b>488.635</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Balanco Patrimonial (em R\$ mil)

<b>PASSIVO</b>	Nota Expli- cativa	30/06/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE.....</b>		<b>32.533</b>	<b>26.767</b>
<b>Contas a Pagar.....</b>		<b>1.187</b>	<b>1.706</b>
Obrigações a Pagar.....	12.1	221	695
Impostos e Encargos Sociais a Recolher .....	12.2	209	409
Encargos Trabalhistas .....	12.3	757	599
Impostos e Contribuições .....		0	3
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros...</b>	<b>13</b>	<b>212</b>	<b>175</b>
Prêmios a Restituir .....		3	1
Operações com Resseguradoras .....		16	0
Corretores de Seguros e Resseguros.....		79	79
Outros Débitos Operacionais.....		114	95
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14</b>	<b>31.134</b>	<b>24.886</b>
Danos.....		2.801	3.240
Pessoas .....		28.333	21.646
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....</b>		<b>206.333</b>	<b>240.657</b>
<b>Contas a Pagar.....</b>		<b>1.071</b>	<b>1.172</b>
Tributos Diferidos.....	15	1.071	1.172
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14.2</b>	<b>173.813</b>	<b>191.904</b>
Danos.....		48.309	53.942
Pessoas .....		125.504	137.962
<b>Outros Débitos.....</b>	<b>17</b>	<b>31.449</b>	<b>47.581</b>
Provisões Judiciais .....		31.449	47.581
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>19</b>	<b>216.966</b>	<b>221.211</b>
Capital Social.....		120.000	120.000
Reservas de Lucros.....		101.332	101.332
( - ) Ações em Tesouraria.....		(114)	(114)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....		(7)	(7)
Lucros / (Prejuízos) Acumulados.....		(4.245)	0
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>		<b>455.832</b>	<b>488.635</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado (em R\$ mil)

	Nota Explica tiva	30/06/2012	30/06/2011
Prêmios Emitidos .....	21	889	830
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios.....	22	(4.923)	(8.597)
Prêmios Ganhos.....		(4.034)	(7.767)
Sinistros Ocorridos.....	23	(8.506)	(9.639)
Custos de Aquisição.....		1	1
Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	24	(7.518)	10.216
Resultado com Resseguro.....		(200)	(26)
Despesas Administrativas.....	25	(4.597)	(4.288)
Despesas com Tributos.....	26	(499)	(412)
Resultado Financeiro.....	27	19.941	23.073
Resultado Patrimonial.....	28	653	583
Resultado Operacional.....		(4.759)	11.741
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes.....		413	311
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		(4.346)	12.052
Imposto de Renda.....	30	63	42
Contribuição Social.....	30	38	27
Participações sobre o Resultado.....		0	0
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Semestre.....</b>		<b>(4.245)</b>	<b>12.121</b>
Quantidade de Ações .....		120.000	120.000
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Semestre por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$ .....</b>		<b>(35,38)</b>	<b>101,01</b>
Lucro líquido (Prejuízo) por Ação (lote de 1.000 ações) - Controlador (R\$).....		(33,52)	95,69
Lucro líquido (Prejuízo) por Ação (lote de 1.000 ações) - Não Controlador (R\$).....		(1,86)	5,32

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente (em R\$ mil)**

	30/06/2012	30/06/2011
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Semestre.....</b>	<b>(4.245)</b>	<b>12.121</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	(7)	(7)
<b>Total do Lucro (Prejuízo) Abrangente do Semestre.....</b>	<b>(4.252)</b>	<b>12.114</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em R\$ mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	120.000	10.162	84.865	(114)	(7)	0	214.906
Lucro Líquido do Semestre	0	0	0	0	0	12.121	12.121
Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	0	(5.245)	(5.245)
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>	120.000	10.162	84.865	(114)	(7)	6.876	221.782
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	0	221.211
Prejuízo do Semestre	0	0	0	0	0	(4.245)	(4.245)
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	(4.245)	216.966

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



## Demonstração dos Fluxos de Caixa (em R\$ mil)

	30/06/2012	30/06/2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Prêmios de Seguros	870	813
Recuperação de Sinistros e Comissões	1.443	1.006
Outros Recebimentos Operacionais (Salvados, Ressarcimentos e Outros)	29	318
Pagamentos de Sinistros e Comissões	(8.314)	(6.265)
Pagamentos de Despesas com Operações de Seguros e Resseguros	(45)	(7)
Pagamentos de Despesas e Obrigações	(4.850)	(5.550)
Pagamento de Indenizações e Despesas em Processos Judiciais	(6.042)	(334)
Outros Pagamentos Operacionais	(38)	(23)
Recebimentos de Juros e Dividendos	971	777
Constituição de Depósitos Judiciais	(11.776)	(12.623)
Resgates de Depósitos Judiciais	820	1.786
Pagamento de Participações nos Resultados	(177)	(203)
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>(27.109)</b>	<b>(20.305)</b>
Impostos e Contribuições Pagos	(642)	(709)
Outros Recebimentos	2.930	1.480
Investimentos Financeiros:		
Aplicações	(1.900)	(600)
Vendas e Resgates	26.775	25.511
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>54</b>	<b>5.377</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(26)	0
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:		
Imobilizado	16	0
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(10)</b>	<b>0</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	(5.347)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0</b>	<b>(5.347)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>44</b>	<b>30</b>
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE NO INÍCIO DO SEMESTRE	48	9
SALDO DE CAIXA + EQUIVALENTE NO FINAL DO SEMESTRE	92	39
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>44</b>	<b>30</b>
<b>DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(23.181)</b>	<b>(2.339)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em R\$ mil)

### 1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (“Companhia” ou “COSESP”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.

A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar vem sendo judicialmente determinada à Companhia a partir de decisões judiciais que passaram a serem proferidas desde o exercício 2005, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2012.

## **2. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP através da Circular nº 430, de 5 de março de 2012. As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecida pelo pronunciamento CPC 21.

De acordo com o referido CPC, os saldos dos balanços patrimoniais estão sendo apresentados comparativamente aos saldos de 31 de dezembro de 2011, enquanto que os saldos das demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa estão sendo apresentados comparativamente aos saldos do semestre findo em 30 de junho de 2011.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.1 Moeda Funcional e de Apresentação**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$).

### **2.2 Estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras, e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão descritas nas notas explicativas apresentadas abaixo:

- Nota 5 – Ativos financeiros - Aplicações financeiras;
- Nota 8.1 – Créditos tributários e previdenciários;
- Nota 14 – Provisões técnicas - seguros e resseguros;
- Nota 17 – Provisões judiciais.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão assim definidas:

#### **3.1 Contratos de seguros**

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

#### **3.2 Caixa e bancos**

Incluem o saldo em caixa e os depósitos bancários utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **3.3 Instrumentos financeiros - Aplicações**

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria são classificados os ativos financeiros mantidos para negociação, cujo reconhecimento e a avaliação são pelo valor justo.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

## **ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis.

## **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem na categoria títulos para negociação mensurados ao valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria ativos financeiros disponíveis para venda é ajustado ao valor de mercado, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não realizados registrados em conta do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda desses títulos.

## **iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é

reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

### **3.4 Ativos de resseguros**

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.

### **3.5 Realizável a longo prazo**

#### **i) Investimentos**

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

#### **ii) Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As vidas úteis utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 25 (vinte e cinco) anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos 10 (dez) anos, e Equipamentos de informática e Veículos 5 (cinco) anos.

#### **iii) Ativo Diferido**

O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de

Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.

### 3.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

#### i) Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É calculada em base “*pró-rata*” dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

#### ii) Provisão para insuficiência de prêmios – PIP

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências nas provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros, e foi registrada para as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial. A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:

- a) O primeiro está composto por apólices com decisão em segunda instância e ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
- b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial ou com decisão favorável à Companhia (Grupo B).

O cálculo da PIP para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 30 de junho de 2012 a R\$ 11.147.

A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase inicial de discussão no judiciário ou com decisão favorável à Companhia, representa a projeção dos prêmios à receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 30 de junho de 2012 a R\$ 4.087, registrada devido às incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

A tábua de mortalidade utilizada foi a BR-EMS. Adicionalmente à obrigação primária correspondente à cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais,

tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e Cláusula cônjuge.

A PIP registrada refere-se às apólices fechadas com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade mais aderente à experiência do grupo de apólices;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento histórica por faixa etária;
- ✓ Comissões futuras, pela característica da carteira que considera segurados reativados judicialmente. Inexiste premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando os padrões de mercado para manter este grupo de apólices até sua extinção, além do fluxo das despesas judiciais estimadas pela própria característica da massa de segurados.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente considerando a projeção de taxa de juros linear em um cenário de longo prazo. A Companhia utilizou a taxa de juros livre de risco para descontar os fluxos projetados ao valor presente.

### **iii) Provisão de sinistros a liquidar**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante.

### **iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 60 meses.



## **v) Provisão Complementar de Prêmios – PCP**

A Provisão Complementar de Prêmios é constituída mensalmente para complementar a Provisão de prêmios não ganhos – PPNG.

### **3.7 Teste de adequação de passivos**

O Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com a publicação da Circular SUSEP nº 446/2012, aprovou a suspensão dos efeitos da Circular nº 410/2010 para fins das demonstrações financeiras intermediárias de 2012, conforme proposta elaborada pela Diretoria Técnica da autarquia. A Companhia, seguindo a prerrogativa dada pela Circular nº 446/2012, decidiu por não elaborar o cálculo para 30 de junho de 2012.

### **3.8 Passivos financeiros**

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

### **3.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

#### **i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

#### **ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados

em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

### **iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

### **3.10 Patrimônio Líquido**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A recompra das ações próprias é registrada pelo valor pago incluindo o custo da transação, e apresentada como conta redutora do patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.11 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Risco de subscrição**

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da

entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos devido a decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida.

#### **i) Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros**

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

### **4.2 Risco operacional**

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas para as subscrições e pagamentos de apólices vigentes e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações totalmente concentrada no estado de São Paulo.

### **4.3 Risco de crédito**

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de

benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

#### 4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR* (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
30/06/2012	342.052.962,08	3.886,28	0,0011%

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
31/12/2011	351.404.118,55	128,52	0,0000%

#### 4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

##### i) Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao

valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>						
Descrição	30/06/2012					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1ano	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	92	-	-	-	-	92
Aplicações	341.980	-	-	-	187	342.167
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>342.072</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>187</b>	<b>342.259</b>
Contas a Pagar	430	757	-	-	-	1.187
Débitos de Operações com Seguros	80	-	-	-	132	212
Provisões Técnicas de Seguros	31.134	-	-	-	173.813	204.947
Provisões Judiciais	0	-	-	-	31.449	31.449
<b>Total dos Passivos Financeiros (2)</b>	<b>31.644</b>	<b>757</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>205.394</b>	<b>237.795</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>310.428</b>	<b>(757)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(205.207)</b>	<b>104.464</b>

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>						
Descrição	31/12/2011					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1ano	Prazo indeterminado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	48	-	-	-	-	48
Aplicações	351.311	-	-	-	194	351.505
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>351.359</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>194</b>	<b>351.553</b>
Contas a Pagar	1.540	166	-	-	-	1.706
Débitos de Operações com Seguros	41	-	-	-	134	175
Provisões Técnicas de Seguros	24.886	-	-	-	191.904	216.790
Provisões Judiciais	0	-	-	-	47.581	47.581
<b>Total dos Passivos Financeiros (2)</b>	<b>26.467</b>	<b>166</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>239.619</b>	<b>266.252</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>324.892</b>	<b>(166)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(239.425)</b>	<b>85.301</b>

#### 4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Em dezembro de 2010, o CNSP divulgou as seguintes resoluções que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011: (i) Resolução CNSP nº 222/10 – que instituiu regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado; (ii) Resolução CNSP nº 227/10 que dispõe, entre outros assuntos, sobre o capital mínimo requerido; e (iii) Resolução CNSP nº 228/10 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito.

##### i) Patrimônio Líquido Ajustado

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
(+) Patrimônio Líquido	216.966	221.211
(-) Despesas Antecipadas	2	12
(-) Participações Societárias	1.491	1.491
(-) Ativo Diferido	406	483
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>215.067</b>	<b>219.225</b>

##### ii) Margem de Solvência

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
a) Prêmios Retidos - últimos 12 meses (0,20)	346	335
b) Sinistros Retidos - últimos 36 meses (0,33)	5.315	5.228
<b>Margem de Solvência (a ou b, o maior)</b>	<b>5.315</b>	<b>5.228</b>

##### iii) Capital adicional

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Capital Adicional de Risco de Subscrição / Crédito	8.014	6.302
<b>Capital Adicional</b>	<b>8.014</b>	<b>6.302</b>

A Resolução CNSP nº 227, de 6 de dezembro de 2010, que modificou a Resolução CNSP nº 178, de 28 de dezembro de 2007, estabeleceu novos requerimentos relacionados ao capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das seguradoras, o qual é composto por capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de

mercado, legal e operacional. A Resolução CNSP nº 158, de 26 de dezembro de 2006, posteriormente alterada pela Circular SUSEP nº 411, de 22 de dezembro de 2010, estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre o capital mínimo requerido (CMR) e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55, de 3 de setembro de 2001.

<b>Capital Mínimo Requerido (CMR) para autorização e funcionamento</b>		
<b>Descrição</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Capital base para operar	15.000	15.000
Capital adicional	8.014	6.302
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>	<b>23.014</b>	<b>21.302</b>
Margem de Solvência:		
Patrimônio Líquido Ajustado	215.067	219.225
Capital Mínimo Requerido (CMR)	(23.014)	(21.302)
<b>Suficiência</b>	<b>192.053</b>	<b>197.923</b>

#### 4.7 Análise de Sensibilidade

Devido à situação de encerramento em que se encontra a Companhia, o principal risco do negócio aqui considerado é aquele vinculado à formação do passivo (provisões técnicas), ou seja, as apólices reativadas por decisão judicial. Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado. A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do semestre e o Patrimônio Líquido da Companhia.

<b>Fator de Risco</b>	<b>Sensibilidade</b>	<b>Impactos em 30/06/2012</b>	
		<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Resultado</b>
Taxa de juros	+0,5%	589	589
Taxa de juros	- 0,5%	(638)	(638)

## 5. Ativos Financeiros – aplicações financeiras

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

### i) Valor justo por meio do resultado:

Títulos	Vencimento		30/06/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>316.019</b>	<b>25.961</b>	<b>341.980</b>	<b>342.053</b>
LFT	229.896	25.961	255.857	342.053
Operações compromissadas	86.123	0	86.123	
<b>Outras Aplicações (1)</b>	<b>187</b>	<b>0</b>	<b>187</b>	<b>187</b>
<b>Total</b>	<b>316.206</b>	<b>25.961</b>	<b>342.167</b>	<b>342.240</b>

(1) Fundos Retidos do IRB

Títulos	Vencimento		31/12/2011	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>131.733</b>	<b>219.578</b>	<b>351.311</b>	<b>351.404</b>
LFT	123.516	219.578	343.094	351.404
Operações compromissadas	8.217	0	8.217	
<b>Outras Aplicações (1)</b>	<b>194</b>	<b>0</b>	<b>194</b>	<b>194</b>
<b>Total</b>	<b>131.927</b>	<b>219.578</b>	<b>351.505</b>	<b>351.598</b>

(1) Fundos Retidos do IRB

### ii) Ativo disponível para venda:

Títulos	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
<b>Ações de outras sociedades</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>

## 5.1 Hierarquia dos ativos financeiros

i) **Nível 1** – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;



ii) **Nível 2** – informações, além dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preço) ou indiretamente (derivados dos preços);

iii) **Nível 3** – Inserções para ativos ou passivos que não são baseados em variáveis de mercado.

<b>Títulos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>30/06/2012 Nível 2</b>	<b>31/12/2011 Nível 2</b>
Fundos de Investimentos - Aberto	0	0
Fundos de Investimentos - Exclusivo	341.980	351.311
Outras Aplicações	187	194
<b>Total</b>	<b>342.167</b>	<b>351.505</b>

## 5.2 Aplicações financeiras - movimentação

<b>Título</b>	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Alienações</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Saldo em 30/06/2012</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	351.311	1.900	(26.775)	15.544	341.980
Outras Aplicações	194	0	(7)	0	187
<b>Total</b>	<b>351.505</b>	<b>1.900</b>	<b>(26.782)</b>	<b>15.544</b>	<b>342.167</b>

## 6. Créditos das operações com seguros e resseguros

### 6.1 Prêmios a Receber

Descrição	30/06/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Garantia de Obrigações Contratuais	4	0	4	3	0	3
Vida em Grupo	715	(537)	178	649	(533)	116
Outros	26	(23)	3	25	(23)	2
<b>Total - Circulante</b>	<b>745</b>	<b>(560)</b>	<b>185</b>	<b>677</b>	<b>(556)</b>	<b>121</b>

### 6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Vencidos	79	609
A vencer entre 1 e 30 dias	666	68
<b>Total - Circulante</b>	<b>745</b>	<b>677</b>

### 6.3 Movimentação dos prêmios a receber

<b>Prêmios pendentes em 01.01.2011</b>	<b>673</b>
Prêmios emitidos	1.822
Prêmios recebidos	(1.678)
Prêmios cancelados	(140)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2011</b>	<b>677</b>
Prêmios emitidos	1.027
Prêmios recebidos	(870)
Prêmios cancelados	(89)
<b>Prêmios pendentes em 30.06.2012</b>	<b>745</b>

#### 6.4 Operações com seguradoras

Descrição	30/06/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Sinistros a Recuperar Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Sinistros a Recuperar Líquido
Recuperação de sinistros cedidos à Seguradoras	1.967	0	1.967	732	(80)	652
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.967</b>	<b>0</b>	<b>1.967</b>	<b>732</b>	<b>(80)</b>	<b>652</b>

#### 6.5 Operações com resseguradoras

Descrição	30/06/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros pagos	1.065	(590)	475	618	(529)	89
Outros Créditos - IRB	0	0	0	60	0	60
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.065</b>	<b>(590)</b>	<b>475</b>	<b>678</b>	<b>(529)</b>	<b>149</b>

#### 6.6 Movimentação da provisão para riscos de crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para riscos de créditos			
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>556</b>	<b>0</b>	<b>212</b>	<b>768</b>
Provisões constituídas	167	80	358	605
Reversão de perdas	(167)	0	(41)	(208)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>556</b>	<b>80</b>	<b>529</b>	<b>1.165</b>
Provisões constituídas	50	0	83	133
Reversão de perdas	(46)	(80)	(22)	(148)
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>560</b>	<b>0</b>	<b>590</b>	<b>1.150</b>

## 7. Ativos de resseguros – provisões técnicas

Descrição	30/06/2012			31/12/2011		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Recuperação de sinistros - sinistros pendentes	10.911	0	10.911	11.603	0	11.603
Recuperação de sinistros - IBNR	148	0	148	161	0	161
<b>Total</b>	<b>11.059</b>	<b>0</b>	<b>11.059</b>	<b>11.764</b>	<b>0</b>	<b>11.764</b>
<b>Circulante</b>	<b>187</b>	<b>0</b>	<b>187</b>	<b>249</b>	<b>0</b>	<b>249</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.872</b>	<b>0</b>	<b>10.872</b>	<b>11.515</b>	<b>0</b>	<b>11.515</b>

Os valores a receber registrados na rubrica "Ativos de resseguros – provisões técnicas" referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB – Brasil Resseguros S.A. Os critérios para provisionamento das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Os valores são atualizados monetariamente até a data-base das demonstrações financeiras.

## 8. Títulos e créditos a receber

### 8.1 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	91	97
Créditos Previdenciários	164	164
<b>Total</b>	<b>255</b>	<b>261</b>
<b>Circulante</b>	<b>91</b>	<b>97</b>
<b>Não circulante</b>	<b>164</b>	<b>164</b>

## 8.2 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Sinistros	Cíveis e outros	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>68.644</b>	<b>11.343</b>	<b>10.181</b>	<b>4.550</b>	<b>94.718</b>
Depósitos no período	13.346	7.952	3.057	848	25.203
Baixa / levantamentos no período	(13.020)	(1.986)	(124)	(1.333)	(16.463)
Atualização monetária	6.710	1.149	1.073	439	9.371
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>75.680</b>	<b>18.458</b>	<b>14.187</b>	<b>4.504</b>	<b>112.829</b>
Depósitos no período	5.613	6.257	0	63	11.933
Baixa / levantamentos no período	(28.010)	(11.079)	0	(776)	(39.865)
Atualização monetária	2.457	411	497	248	3.613
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>55.740</b>	<b>14.047</b>	<b>14.684</b>	<b>4.039</b>	<b>88.510</b>

No 1º semestre de 2012, a Companhia realizou o aprimoramento da política de reconhecimento, mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, o que resultou na baixa de diversos depósitos judiciais.

## 8.3 Outros créditos a receber

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Saldo bancários bloqueados por decisão judicial	103	133
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador	582	485
Créditos operacionais diversos em processos judiciais	22.565	20.695
Outros créditos a receber	651	389
Provisão para riscos de créditos	(22.740)	(20.698)
<b>Total</b>	<b>1.161</b>	<b>1.004</b>
<b>Circulante</b>	<b>461</b>	<b>401</b>
<b>Não circulante</b>	<b>700</b>	<b>603</b>

## 9. Investimentos

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2012	31/12/2011
Participações Societárias		1.491	1.491
Imóveis Destinados à Renda	4%	14.858	14.858
(-) Depreciação		(9.050)	(8.819)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
<b>Total</b>		<b>7.299</b>	<b>7.530</b>

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2012	31/12/2011
Imóveis de uso próprio	4%	4.421	4.421
(-) Depreciação		(2.702)	(2.633)
Equipamentos de Informática	20%	2.367	2.340
(-) Depreciação		(2.334)	(2.330)
Sistemas Aplicativos	20%	2.397	2.397
(-) Depreciação		(2.390)	(2.386)
Equipamentos - Outros	10%	584	584
(-) Depreciação		(517)	(496)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	900	900
(-) Depreciação		(791)	(770)
Veículos	20%	123	156
(-) Depreciação		(79)	(107)
<b>Total</b>		<b>1.979</b>	<b>2.076</b>

## 11. Diferido

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	30/06/2012	31/12/2011
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.478	1.693
Amortização Acumulada		(1.072)	(1.210)
<b>Total</b>		<b>406</b>	<b>483</b>

## 12. Contas a pagar

### 12.1 Obrigações a pagar

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Pagamentos a efetuar diversos	221	695
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>695</b>

### 12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto sobre Serviços – ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	209	409
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>409</b>

### 12.3 Encargos trabalhistas

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Férias a pagar	449	446
13º Salário	123	0
Encargos Sociais	185	153
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>599</b>

## 13. Débitos de operações com seguros e resseguros

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Comissões e pró-labore sobre prêmios a receber	133	134
Outros	79	41
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>175</b>

## 14. Provisões técnicas – seguros e resseguros

### a) Movimentação das reservas técnicas

Descrição	30/06/2012				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	203.791	52.486	(73.998)	4.748	187.027
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.614	242	(244)	0	2.612
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	31	497	(466)	0	62
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP	10.324	4.910	0	0	15.234
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	30	9	(27)	0	12
<b>Total</b>	<b>216.790</b>	<b>58.144</b>	<b>(74.735)</b>	<b>4.748</b>	<b>204.947</b>

O movimento do saldo da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) no 1º semestre de 2012 decorre, basicamente, da redução da taxa de juros utilizada.

Descrição	31/12/2011				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	190.631	57.980	(59.900)	15.080	203.791
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.515	340	(241)	0	2.614
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	29	735	(733)	0	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP	0	10.349	(25)	0	10.324
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	39	6	(15)	0	30
<b>Total</b>	<b>193.214</b>	<b>69.410</b>	<b>(60.914)</b>	<b>15.080</b>	<b>216.790</b>



**b) Composição das reservas técnicas líquida de resseguro**

Descrição	30/06/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos	62	60	31	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios	15.234	15.234	10.324	10.324
Provisão Complementar de Prêmios	12	12	30	30
Provisão de Sinistros a Liquidar	187.027	176.116	203.791	192.188
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.612	2.464	2.614	2.453
<b>Total</b>	<b>204.947</b>	<b>193.886</b>	<b>216.790</b>	<b>205.026</b>
<b>Circulante</b>	<b>31.134</b>	<b>30.947</b>	<b>24.886</b>	<b>24.637</b>
<b>Não circulante</b>	<b>173.813</b>	<b>162.939</b>	<b>191.904</b>	<b>180.389</b>

**14.1 Provisão de sinistros a liquidar – circulante**

Descrição	30/06/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	11.888	11.800	9.062	8.945
Sinistros avisados	2.833	2.776	6.587	6.370
Ajustes de estimativas	(929)	(885)	(1.538)	(1.461)
Pagamentos	(578)	(530)	(2.187)	(2.027)
Atualização monetária e juros	0	0	(36)	(27)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>13.214</b>	<b>13.161</b>	<b>11.888</b>	<b>11.800</b>

## 14.2 Provisão de sinistros a liquidar – não circulante

Descrição	30/06/2012		31/12/2011	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	191.904	180.389	181.569	169.960
Novas constituições no período	47.501	42.714	41.681	36.136
Baixa da provisão por êxito ou alteração de probabilidade	(41.512)	(36.753)	(29.307)	(23.458)
Total pago no período	(28.828)	(28.401)	(17.155)	(17.004)
Atualização monetária e juros	4.748	4.992	15.116	14.755
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>173.813</b>	<b>162.941</b>	<b>191.904</b>	<b>180.389</b>

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 173.813 (R\$ 191.904 em 31/12/2011), estão provisionados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – não circulante”, e são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais e são atualizados monetariamente até a data-base das demonstrações financeiras. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	30/06/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor Provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor Provisionado*
Provável	937	90.202	90.202	1.007	103.121	103.121
Possível	2.126	209.474	101.866	2.397	222.813	109.525
<b>Total</b>	<b>3.063</b>	<b>299.676</b>	<b>192.068</b>	<b>3.404</b>	<b>325.934</b>	<b>212.646</b>

\* Valor bruto de cosseguro cedido.

### 14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	2007	2008	2009	2010	2011	1º sem 2012	Total
No final do ano da divulgação	16.580	4.134	2.091	2.278	2.967	824	28.874
1 ano depois	6.259	832	832	304	839		9.066
2 anos depois	864	19	23	163			1.069
3 anos depois	264	180	87				531
4 anos depois	74	35					109
5 anos depois	122						122
<b>Sinistros acumulados</b>	<b>24.163</b>	<b>5.200</b>	<b>3.033</b>	<b>2.745</b>	<b>3.806</b>	<b>824</b>	<b>39.771</b>
Pagamentos acumulados	(19.721)	(2.973)	(849)	(587)	(47)	0	(24.177)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>4.442</b>	<b>2.227</b>	<b>2.184</b>	<b>2.158</b>	<b>3.759</b>	<b>824</b>	<b>15.594</b>
PSL anterior a 2007							169.648
PSL Retrocessão - IRB							1.785
<b>Total da Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>4.442</b>	<b>2.227</b>	<b>2.184</b>	<b>2.158</b>	<b>3.759</b>	<b>824</b>	<b>187.027</b>

### 14.4 Garantia das provisões técnicas

Em cumprimento as normas vigentes, encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Provisão de Prêmios não Ganhos	60	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios	15.234	10.324
Provisão Complementar de Prêmios	12	30
Provisão de Sinistros a Liquidar	187.029	203.791
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.612	2.614
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>204.947</b>	<b>216.790</b>
(-) Operações com Resseguradoras	(10.872)	(11.764)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>194.075</b>	<b>205.026</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	318.517	304.666
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>318.517</b>	<b>304.666</b>
<b>Suficiência</b>	<b>124.442</b>	<b>99.640</b>

## 15. Tributos diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam: a) R\$ 1.071 em 30/06/2012 e b) R\$ 1.172 em 31/12/2011

## 16. Outras contas a pagar – não circulante - adesão à Lei nº 11.941/2009

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre os resultados de 2000, 1998, 1996 e 1995, não recolhidos em virtude de demandas judiciais, que, atualizados pela taxa SELIC, montavam a R\$ 34.629 em 30/06/2009. O Poder Judiciário concedeu permissão em caráter liminar para a Companhia proceder à compensação integral dos prejuízos fiscais e de base negativa da Contribuição Social existentes em 31/12/1994, com os resultados apurados a partir de 1995, suspendendo assim o recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Todavia, em 25/03/2009, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela constitucionalidade dos artigos 42 e 58, da Lei nº 8.981/95, que limitaram a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL, extinguindo qualquer possibilidade de êxito da COESP nos processos judiciais mencionados. Em decorrência desses fatos, a Companhia, com a introdução da Lei nº 11.941/2009, que instituiu benefícios aos contribuintes para quitação de débitos junto a Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil, tais como redução de multa e juros, bem como a possibilidade de restaurar e utilizar os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL compensados anteriormente com base na liminar concedida pelo judiciário, considerando o posicionamento dos advogados patrocinadores para quitação dos processos judiciais com a utilização dos benefícios dessa Lei e com a anuência do CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, optou pelo pagamento à vista com a utilização dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL para liquidação de multas e juros, no montante de R\$ 22.478. Ressalta-se que todos os tramites processuais com a adesão à Lei nº 11.941/2009 foram adotadas, restando, portanto, apenas a homologação dos valores pagos pela Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

## 17. Provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

## 17.1 Provisões fiscais

### INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 951. Para a demanda em questão a COSESP obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Provisões Fiscais	810	801
<b>Total</b>	<b>810</b>	<b>801</b>

## 17.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 9.734 (R\$ 10.101 em 31/12/2011).

Chances de Ocorrência	30/06/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	64	18.785	9.734	86	20.007	10.101
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>18.785</b>	<b>9.734</b>	<b>86</b>	<b>20.007</b>	<b>10.101</b>

## 17.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 20.905 (R\$ 36.679 em 31/12/2011).

Chances de Ocorrência	30/06/2012			31/12/2011		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	91	21.206	20.905	491	186.185	36.679
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>21.206</b>	<b>20.905</b>	<b>491</b>	<b>186.185</b>	<b>36.679</b>

## **18. Passivos contingentes**

A Companhia possui auto de infração referente ao imposto de renda no valor aproximado de R\$ 5.029, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado na em 30/06/2012 montam R\$ 10.417. O advogado externo classifica a probabilidade de êxito possível.

### **PIS e COFINS**

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. A partir do 2º semestre de 2009, com a aprovação da Lei nº. 11.941/2009, que revogou o § 1º do art. 3º da Lei nº. 9.718/1998, a Companhia passou a recolher os referidos tributos sem a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Legislação. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

## **19. Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### **(b) Reserva de lucro**

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

### **(c) Ações em tesouraria**

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº. 021/2003 e Processo S.F. nº. 002-262990/1999;

### **(d) Dividendos**

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após a dedução determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio;

## 20. Principais ramos de atuação

RAMOS	30/06/2012				30/06/2011			
	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS	SINISTRA-LIDADE %	COMERCIALIZAÇÃO %	PRÊMIO GANHO	SINISTRO OCORRIDOS	SINISTRA-LIDADE %	COMERCIALIZAÇÃO %
Vida em Grupo	(4.027)	8.935	---	---	(7.780)	5.634	---	---
Outros	(7)	(429)	---	---	13	4.005	---	---
<b>TOTAL</b>	<b>(4.034)</b>	<b>8.506</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>(7.767)</b>	<b>9.639</b>	<b>---</b>	<b>---</b>

## 21. Prêmios emitidos líquidos

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Prêmios Emitidos	1.023	860
Prêmios Cancelados	(89)	(31)
Prêmios Restituídos	(49)	(4)
Prêmios de Retrocessões	4	5
<b>Total</b>	<b>889</b>	<b>830</b>

## 22. Variações das provisões técnicas de prêmios

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Varição da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(31)	1
Varição da Provisão p/ Insuficiência de Prêmios - PIP	(4.910)	(8.602)
Varição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	18	4
<b>Total</b>	<b>(4.923)</b>	<b>(8.597)</b>

**23. Sinistros ocorridos**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Indenizações avisadas administrativas	(2.139)	(3.642)
Indenizações avisadas judiciais	(7.086)	(8.168)
Despesas com sinistros administrativas	(37)	(39)
Despesas com sinistros judiciais	(610)	(585)
Recuperação de sinistros	1.373	2.764
Salvados e Ressarcimentos	(8)	22
Variação da prov. sinistros ocorridos mas não avisados	1	9
<b>Total</b>	<b>(8.506)</b>	<b>(9.639)</b>

**24. Outras receitas e despesas operacionais**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Provisões Judiciais	(5.019)	11.006
Provisão para Riscos de Créditos	(2.374)	(551)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(125)	(239)
<b>Total</b>	<b>(7.518)</b>	<b>10.216</b>

O resultado positivo nas provisões judiciais na data-base de 30/06/2011, refere-se à manutenção de êxito, referendado/mantido em recurso de apelação interposto pela Cosp, com acórdão publicado em 19/05/2011 e com intimação em 03/06/2011, contra sentença parcialmente procedente, em processo de cobrança de indenização por danos materiais e morais, cuja ação foi aforada na Comarca da Capital do Espírito Santo. A reversão da provisão mencionada proporcionou um acréscimo no resultado do exercício de R\$ 21.149, contabilizado nas seguintes rubricas: a) Outras Receitas e Despesas Operacionais R\$ 10.748 e b) Despesas Financeiras R\$ 10.401 (juros de mora e atualização monetária).



**25. Despesas administrativas**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Despesas com Pessoal	(3.379)	(3.079)
Serviços de Terceiros	(479)	(449)
Localização e Funcionamento	(354)	(315)
Imobilizado	(200)	(265)
Publicações	(115)	(116)
Outras Despesas	(70)	(64)
<b>Total</b>	<b>(4.597)</b>	<b>(4.288)</b>

**26. Despesas com tributos**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Despesas com Taxa de Fiscalização	(299)	(224)
Despesas com Impostos Municipais / Estaduais	(200)	(188)
<b>Total</b>	<b>(499)</b>	<b>(412)</b>

**27. Resultado financeiro** – O montante de R\$ 19.941 (R\$ 23.073 em 30/06/2011), tem a seguinte composição:

**(a) Receitas financeiras**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Receitas com ações	971	757
Quotas de Fundos de Investimentos	15.544	18.643
Operações de Seguros	7	10
Processos e Depósitos Judiciais e Fiscais	4.308	5.392
Outras Receitas	99	60
<b>Total</b>	<b>20.929</b>	<b>24.862</b>

**(b) Despesas financeiras**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(4.757)	(8.744)
Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	3.791	6.997
Outras Despesas	(22)	(42)
<b>Total</b>	<b>(988)</b>	<b>(1.789)</b>

A variação negativa das rubricas “Provisões Judiciais” e “Provisão para Riscos de Créditos” no 1º semestre de 2012, conforme mencionado na Nota Explicativas 17.3, refere-se ao aprimoramento da política de reconhecimento, mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, conforme nota 25.

O resultado positivo nos Juros e Atualizações das Provisões Cíveis na data-base 31/12/2011, refere-se à manutenção de êxito parcial, referendado em recurso interposto pela Cosesp contra sentença parcialmente desfavorável em processo de cobrança na Comarca do Espírito Santo, conforme nota 25.

**28. Resultado patrimonial**

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
Receitas com imóveis destinados à renda - aluguéis	888	837
Despesas com depreciação / outras	(235)	(254)
<b>Total</b>	<b>653</b>	<b>583</b>

**29. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no 1º semestre de 2012 o montante de R\$ 430.

### 30. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2012		30/06/2011	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	(4.346)	(4.346)	12.052	12.052
( - ) Juros sobre o Capital Próprio	0	0	5.245	5.245
Resultado antes de Impostos e Participações	(4.346)	(4.346)	6.807	6.807
( +/- ) Ajustes temporários	(16.037)	(16.037)	(19.329)	(19.329)
( +/- ) Ajustes permanentes	(670)	(666)	(470)	(466)
<b>Base de cálculo dos tributos</b>	<b>(21.053)</b>	<b>(21.049)</b>	<b>(12.992)</b>	<b>(12.988)</b>
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	0	0	0	0
Contribuição Social à alíquota de 15%	0	0	0	0
<b>Valor do IRPJ/CSLL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Reversão / constituição de crédito tributário	0	0	21	11
Reversão / constituição de tributos diferidos	(63)	(38)	(63)	(38)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados</b>	<b>(63)</b>	<b>(38)</b>	<b>(42)</b>	<b>(27)</b>

Os valores de ajustes temporários referem-se à reversão de provisões judiciais indedutíveis da apuração do lucro real, conforme nota 25.

### 31. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Descrição	30/06/2012	30/06/2011
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.245)</b>	<b>12.121</b>
Depreciações e Amortizações	431	496
Lucro na venda de Investimentos ou Imobilizados	(16)	0
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Variação das Aplicações	9.338	6.373
Variação dos Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(1.087)	(1.151)
Variação de Títulos e Créditos a Receber	24.167	(10.752)
Variação de Outros Valores e Bens	14	120
Variação das Despesas Antecipadas	10	11
Variação dos Custos de Aquisições Diferidos	(1)	0
Variação de Contas a Pagar	(619)	(470)
Variação de Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	36	9
Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(11.842)	17.996
Variação de Outras Provisões Judiciais	(16.132)	(19.376)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>54</b>	<b>5.377</b>

### **32. Outras informações – não auditadas**

A Companhia mantém seguro sobre seus bens, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## **Ênfases**

### **Continuidade**

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007, a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

### **Contratos de seguro em discussão judicial**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.6 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por

mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em ultima instancia, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma Provisão para Insuficiência de Prêmios que monta em 30 de junho de 2012 a R\$ 15.234 mil. Essa provisão considera todas as ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instancias. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

### **Teste de Adequação de Passivos (TAP)**

Chamamos a atenção para a Nota 3.7 às demonstrações financeiras, que informa sobre a suspensão pela Circular SUSEP nº 446/2012 do requerimento instituído pela Circular SUSEP nº 410/2010, para a execução do teste de adequação de passivos para as demonstrações financeiras intermediárias emitidas no ano de 2012. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Adesão ao plano de parcelamento de débitos federais**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, às demonstrações financeiras, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento ou pagamento de dívida, nos moldes do emanado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 declinando do processo que discutia a constitucionalidade da Lei nº 8.981/95. Como previsto na referida Lei, a Companhia efetuou os trâmites legais restando a homologação dos valores, que dependerá de aprovação por parte das autoridades fiscais. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

São Paulo, 27 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães  
Contadora CRC 1RJ079849/O-3 S-SP

Leonardo de Assis Portugal  
Contador CRC 1RJ079932/O-1 S-SP

## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2012, à vista do relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o 1º semestre de 2012, é de opinião que referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 24 de julho de 2012.

**Maria Constança Figueiredo**

**Alexandre Artur Perroni**

**Nelson Okamura**



## **Subscritores das Demonstrações Financeiras**

### **Conselho de Administração**

Andrea Sandro Calabi – Presidente

Hamilton Chohfi – Membro

Mauro Ricardo Machado Costa – Membro

Milton Luiz de Melo Santos – Membro

### **Diretoria Executiva**

Hamilton Chohfi – Diretor Presidente

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Diretor

### **Responsáveis Técnicos**

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Atuário MIBA nº. 1.044

Marcos da Paz da Silva – CRC 1SP218980/O-0